

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.102 - SP (2019/0301531-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DALBERON ARRAIS MATIAS
ADVOGADO : DALBERON ARRAIS MATIAS - SP162001
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FERNANDO HENRIQUE DE OLIVEIRA SOARES
(PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

O **paciente** alega sofrer em seu direito de locomoção, em face de acórdão proferido pelo **Tribunal estadual** em habeas corpus.

Depreende-se dos autos que o **acusado foi preso em flagrante, em 3/9/2019**, pela suposta prática do delito do art. 155, §§ 1º e 4º, II, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal.

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *mandamus* perante a Corte estadual, cuja ordem foi denegada (fls. 24-32).

Neste *writ*, o impetrante alega, em síntese, a **ausência de fundamentação concreta para a manutenção da custódia preventiva do réu**.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição por medidas cautelares diversas.

Decido.

Dúvidas não há de que o deferimento da liminar é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de flagrante ilegalidade e em que evidenciados o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

O Tribunal local, ao manter a custódia provisória do insurgente, apresentou a seguinte fundamentação (fls. 28-29, destaquei):

[...]

Verifico, assim, que o **I. Magistrado que converteu a prisão em flagrante em preventiva o fez de forma**

fundamentada, considerando não somente a gravidade abstrata do delito, mas a existência de indícios de autoria e de prova da materialidade, as circunstâncias concretas do caso e, sobretudo, as condições pessoais do Paciente, reveladoras da necessidade da decretação da prisão preventiva, atendendo ao disposto no artigo 312 do CPP.

Com efeito, considerando as circunstâncias concretas em que, em tese, praticado o delito, bem como considerando que, conforme verifco em consulta excepcional aos autos digitais do processo original, o Paciente já foi condenado à pena de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática de crime de roubo (fls. 42 dos autos originais), tendo sido novamente preso em flagrante pela prática, em tese, de delito patrimonial, a conversão da prisão em flagrante em preventiva era mesmo de rigor, para atender às finalidades previstas no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, evidenciam a presença de **motivação idônea, baseada em elementos concretos dos autos, para justificar a custódia preventiva do réu, diante dos indícios de habitualidade delitiva.**

Ademais, o impetrante **deixou de anexar aos autos a cópia integral da decisão de primeira instância que converteu a prisão em flagrante em preventiva e a certidão de antecedentes criminais do réu, o que dificulta a compreensão da controvérsia e inviabiliza a concessão da medida acautelatória.**

A vista do exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau e à autoridade apontada como coatora, notadamente a respeito da eventual prolação de sentença ou concessão de liberdade provisória ao réu, com o envio de cópia do ato decisório, **via malote digital.**

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

